

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE**  
2 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**  
3 **NO DIA CATORZE DE MAIO DE 2014, NA SEDE DA AGEVAP, EM RESENDE – RJ.** Aos catorze dias  
4 do mês de maio de dois mil e catorze, instalou-se a 2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva (CTC)  
5 do CEIVAP, em Resende/RJ, com a **presença dos seguintes membros:** Minas Gerais – Wanderlene Nacif  
6 (IGAM), Juliana Aquino (Prefeitura de Muriaé), Paulo Afonso Valverde Jr. (CESAMA), Deivid Oliveira  
7 (FIEMG), Claudio Amaral (Agro-Indústria das Gerais), João Emídio Lima da Silva (IAVARP), Matheus  
8 Machado Cremonese (PREA); Rio de Janeiro – Leonardo Fernandes (INEA), Antônio Carlos Simões (CSN),  
9 Eduardo Schlaepfer Dantas (CEDAE), Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida), Roberto  
10 Machado (Instituto Rio Carioca); São Paulo – Zeila Piotto (CIESP Taubaté), Renato Veneziani (SABESP), Luiz  
11 Roberto Barreti (ABES/SP); **dos seguintes convidados:** Osman Fernandes (ANA), Gunther Danquimaia  
12 (Comitê Médio Paraíba do Sul), Marilda Cruz Lima da Silva (IAVARP), André Marques (AGEVAP), Aline  
13 Sousa (AGEVAP), Raíssa Galdino (AGEVAP); e **justificadas as seguintes ausências:** Virgílio Furtado  
14 (AMPAR), Humberto Dias (Prefeitura de Barra do Piraí), Teresa Paiva (EEL/USP); **para tratar da seguinte**  
15 **pauta: 1** – Aprovação da ata da última reunião; **2** – Informes da Comissão Especial Permanente de Articulação  
16 do CEIVAP e Comitê Guandu; **3** – Apresentação do Grupo de Trabalho K Saneamento; **4** – Apresentação do  
17 Grupo de Trabalho K Agricultura; **5** – Apresentação do Estudo de Viabilidade da AGEVAP – 7,5% - Revisão  
18 dos Valores do PPU; e **6** – Assuntos Gerais. Conferido o quórum, o Coordenador da Câmara Técnica  
19 Consultiva do CEIVAP, Sr. Paulo Afonso Valverde Júnior, abriu a 2ª Reunião Ordinária da CTC de 2014,  
20 agradecendo a presença de todos e passando para a discussão do primeiro item da pauta. **ITEM 1: Aprovação**  
21 **da ata da última reunião** – A ata da 1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP,  
22 realizada no dia 4 de fevereiro de 2014, foi aprovada depois de feitas as devidas correções. **ITEM 2: Informes**  
23 **da Comissão Especial Permanente de Articulação do CEIVAP e Comitê Guandu** – A Sra. Vera Lúcia  
24 Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida) fez um breve relato sobre o histórico da Comissão Especial  
25 Permanente de Articulação do CEIVAP e Comitê Guandu, destacando que a Comissão já existia, foi  
26 reformulada, e sua última reunião aconteceu no dia 26 de fevereiro de 2014. Citou a Deliberação 201/2012 que  
27 aprova a composição da Comissão, com representantes do IGAM, DAEE, INEA, ANA, AGEVAP, Comitê  
28 Guandu, CEIVAP; e ressaltou que a Comissão foi criada para avaliar os mecanismos e valores da cobrança pelo  
29 uso das águas captadas, derivadas e transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu,  
30 estabelecidos na Deliberação CEIVAP nº 52/2005. Falou sobre a última reunião da Comissão Especial, cuja  
31 pauta foi a reativação e posse dos novos membros da Comissão e a elaboração de Plano de Trabalho para a  
32 discussão da revisão da cobrança da transposição das águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para a  
33 Bacia Hidrográfica do Rio Guandu. Contou que, na ocasião, a discussão aconteceu acerca do questionamento do  
34 Ministério Público sobre a revisão da metodologia de cobrança da transposição da Bacia do Rio Paraíba do Sul  
35 para a Bacia do Rio Guandu, o valor da cobrança pelo uso das águas captadas e transpostas da Bacia do Rio  
36 Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu, e o cronograma de atividades elaborado pela CTC para atendimento  
37 à Resolução nº 66/2006 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Concluiu sua fala dizendo que a próxima  
38 reunião foi marcada para o próximo dia 17 de julho. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) relatou que a reunião do  
39 dia 26/02 foi marcada com o objetivo de analisar a proposta de cronograma definida pela Câmara Técnica  
40 Consultiva - CTC, e no decorrer da mesma, a Sra. Moema Versiani, que estava presente, fez um resgate dos  
41 assuntos que haviam sido abordados em reuniões anteriores da Comissão, destacando que um dos  
42 encaminhamentos da última reunião, realizada em 2012, era que o CEIVAP deveria fazer um estudo técnico  
43 sobre o assunto para subsidiar a discussão e ainda fazer uma proposição para o Comitê Guandu analisar, sendo  
44 que inicialmente o Comitê Guandu estava sendo cobrado. Um dos assuntos abordados na reunião foi um  
45 questionamento a respeito de como a AGEVAP estaria aplicando os 15% provenientes da transposição, que vem  
46 do Comitê Guandu. Diante disso, foi definido um cronograma de apresentações da AGEVAP referente ao  
47 referido questionamento. O Sr. André Marques (AGEVAP) falou que a AGEVAP está preparando uma  
48 apresentação para os CBH's, a fim de mostrar a aplicação do saldo da transposição. Comentou que há um  
49 questionamento sobre como foi estabelecido o valor de 15%, se existe uma metodologia, e informou que está  
50 pedindo ajuda a ANA para buscar o conceito, ter um argumento técnico para justificar os 15%. A Sra. Zeila  
51 Piotto (CIESP Taubaté) citou que a Resolução nº 66 de 2006 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
52 (CNRH), que aprova os mecanismos da cobrança, é muito interessante para embasar o estudo para apresentação  
53 da AGEVAP. Em tempo, destacou que é importante, além de se preocupar com o Ministério Público, elaborar  
54 uma resposta formal para o CNRH. O Sr. Osman Fernandes (ANA) comentou que foi questionado recentemente  
55 por um diretor do CNRH a respeito dos tramites de prazos para os Comitês, e ressaltou que em breve o  
56 Conselho deverá cobrar respostas. Sobre as discussões no âmbito da Comissão Especial disse que existe uma  
57 ansiedade por parte do CEIVAP, em relação a essa questão, e o Comitê Guandu não vai chegar a nenhum lugar  
58 com as discussões que estão impondo, visto que não há perspectiva para tais discussões nos cenários atuais.  
59 Ressaltou que a questão é que daqui a 10 anos a concessão do Comitê Guandu com a Light vai expirar, e o  
60 Comitê tem que se preparar para a renovação da concessão. Relatou que no CETECOB houve uma discussão  
61 sobre a sustentabilidade do sistema; em tempo, usou como exemplo a situação da Bacia do Paraíba do Sul, onde  
62 haveria uma tendência a acontecer uma redução da outorga de captação da CSN, e isso significaria menos  
63 arrecadação para o CEIVAP. Citou que, segundo o antigo Plano de Bacia do Paraíba do Sul, havia necessidade

64 de regulamentar a situação da cobrança da água que não tem cobrança regulamentada explícita, que no caso,  
65 seria estratégica. O Sr. João Emídio (IAVARP) expôs sua opinião dizendo que uma preocupação é até quando  
66 irão querer resolver problema de abastecimento de água considerando simplesmente a transposição da Bacia do  
67 Paraíba do Sul, visto que a questão de abastecimento deveria ser debatida estrategicamente a nível Brasil.  
68 Comentou que seria ideal haver um incentivo para que as pessoas e indústrias se estabelecessem de acordo com  
69 a disponibilidade hídrica do local, descentralizando a população e levando desenvolvimento a outras regiões.  
70 Concluiu citando que há falta de visão estratégica, que transposição é solução, mas não por muito tempo, e tem  
71 que se pensar em uma política mais ampla. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) ressaltou que, de acordo com  
72 um levantamento feito por ela, há recursos no sistema, mas a questão é como estão sendo aplicados esses  
73 recursos. O Sr. André Marques (AGEVAP) citou que o CEIVAP enviou uma carta para o CNRH, relacionado  
74 aos prazos, e em resposta o Conselho solicitou a justificativa para o cronograma apresentado. A Sra. Zeila Piotto  
75 (CIESP Taubaté) ressaltou que o CEIVAP tem bastante argumento para fundamentar sua resposta.

76 **ENCAMINHAMENTO** – Foi estabelecido, no âmbito da Câmara Técnica, um grupo de trabalho para  
77 elaboração de justificativa, em resposta ao ofício enviado pelo CNRH ao CEIVAP, referente ao Cronograma de  
78 Atividades de Revisão dos Estudos da Cobrança enviado anteriormente ao CNRH pelo CEIVAP. O Grupo será  
79 composto pelos seguintes membros: Paulo Valverde (Cesama), Zeila Piotto (CIESP), Osman Fernandes (ANA)  
80 e um representante do INEA. **ITEM 3: Apresentação do Grupo de Trabalho K Saneamento e ITEM 4:**  
81 **Apresentação do Grupo de Trabalho K Agricultura** – O Sr. Paulo Valverde, Coordenador da CTC, solicitou  
82 inversão de pauta, de modo que estes itens seriam apresentados após o de número 5. A proposta foi acatada  
83 pelos presentes. **ITEM 5: Apresentação do Estudo de Viabilidade da AGEVAP - 7,5% - Revisão dos**  
84 **Valores do PPU** – O Sr. André Marques (AGEVAP) deu início a apresentação referente ao Estudo de  
85 viabilidade da AGEVAP - 7,5% - Revisão dos valores do PPU. Mostrou as metas definidas no Contrato de  
86 Gestão nº 014/2004 firmado entre a ANA e a AGEVAP para o exercício das funções de Secretaria Executiva e  
87 Agência de Bacia do CEIVAP e explicou os indicadores do CG, tais quais; 1. Disponibilização de Informações;  
88 2. Planejamento e Gestão; 3. Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos; 4. Operacionalização da Cobrança;  
89 5. Reconhecimento Social. Falou sobre o quadro de pessoal da Agência, explicando que, atualmente os recursos  
90 financeiros oriundos do referido CG pagam 5 funcionários da AGEVAP, considerando que o Contrato de  
91 Gestão possui 5 indicadores, pode-se concluir que cada funcionário ficaria responsável por um indicador,  
92 porém, cada indicador se desdobra em uma série de ações. Destacou que mesmo com a redução no quadro de  
93 funcionários, a AGEVAP apresentou melhora em suas avaliações. Prosseguiu com a apresentação explicando a  
94 execução do orçamento da Agência, arrecadação e desembolso, e a previsão de despesas de custeio para os  
95 próximos anos x estimativa dos 7,5% da cobrança. O Sr. André Marques (AGEVAP) comentou que existe uma  
96 Resolução da ANA que dispõe sobre esse assunto, no sentido de limitar os 7,5%. Em tempo, falou que só o  
97 aumento do PPU não resolve o problema, visto que o número de funcionários desse CG teve que ser diminuído  
98 para encaixar no custeio. Comentou também que hoje enfrenta um problema para manter o corpo técnico de sua  
99 Agência, pois o mercado está aquecido e as oportunidades profissionais são muito atraentes, e por isso busca  
100 parcerias, para garantir a permanência dos bons funcionários. Concluiu sua apresentação expondo suas  
101 sugestões; tais quais; Aumentar o limite do percentual previsto na Lei 9.433/1997 para cobrir as despesas com o  
102 Custeio Administrativo da Entidade Delegatária; ANA aportar recurso financeiro para custear parte das  
103 despesas da Entidade Delegatária; ANA permitir que a Entidade Delegatária possa utilizar parte do rendimento  
104 financeiro para custear suas despesas com o Custeio Administrativo; e Correção dos valores do PPU – Preço  
105 Público Unitário. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) questionou com que base o referido aumento seria  
106 solicitado. Em tempo, comentou que essa discussão, que é de interesse de todas as Entidades Delegatárias, será  
107 retomada na Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTCOB) do CNRH. O Sr. André  
108 Marques (AGEVAP) ressaltou que essa é uma questão importante e de extrema urgência para a AGEVAP.  
109 Disse ainda que das 4 (quatro) agências federais que realizam a cobrança, a AGEVAP trabalha com o menor  
110 salário de todos. O Sr. Gunther Danquimaia (Comitê Médio Paraíba do Sul) opinou dizendo que Agência  
111 deveria priorizar o que é mais fácil de resolver, visto que se o Contrato exige uma força de trabalho de 18  
112 pessoas, e atualmente prevê 5 funcionários, isso deve ser revisto. Disse que seria interessante desburocratizar  
113 para dar fluidez às demandas da AGEVAP, para conseguir chegar até o final do ano. A Sra. Zeila Piotto (CIESP  
114 Taubaté) informou que o cenário das Agências de Bacia já tem sido comentado no âmbito da CTCOB e tem  
115 caráter de urgência. Disse que a próxima reunião da CTCOB está marcada para os dias 9 e 10 de junho. Expôs  
116 seu ponto de vista citando que esse limite de 7,5% para as agências não funciona, que há muito a ser feito, e a  
117 solução para a questão demanda tempo. Destacou também que está prevista uma ação no Conselho Nacional de  
118 Recursos Hídricos (CNRH), solicitando um prazo de 1 a 2 anos para elaborar uma solução para essa questão.  
119 Concluiu sua fala pontuando que o ajuste nos valores do PPU na é a solução. O Sr. Paulo Valverde (Cesama)  
120 citou que seria ideal a elaboração de um arcabouço legal sobre o referido assunto, visto que todas as questões  
121 são baseadas em leis. Colocou-se a disposição, como Coordenador da CTC, para ajudar de alguma forma, e  
122 sugeriu a realização de uma manifestação ou moção para ser aprovada na próxima reunião do CEIVAP, no dia  
123 20 de maio 2014. Comentou sobre o cadastro de usuários, que ainda pode ser ampliado, e seria conveniente a  
124 AGEVAP verificar a ampliação desse cadastro. O Sr. Osman Fernandes (ANA) falou que em relação ao tempo,  
125 a premissa é que não exista uma ação específica que vá solucionar o problema, e sim um conjunto de ações.  
126 Informou que a ANA está realizando consultas nacionais sobre essa questão e está negociando uma metodologia

127 para ser encaminhada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Sobre a baixa abrangência do  
128 cadastro de usuários, pagantes e cadastrados, disse a maioria desses usuários são de usos insignificantes, e  
129 questionou o impacto desses usuários do ponto de vista da arrecadação, que a seu ver é nulo. Destacou que esse  
130 quesito, para a legalização é válido, para aumentar o número, mas para valor não. Disse também que todas as  
131 agências estão isentas de um custo administrativo que é da ANA, e por lei não deveriam ser. À respeito da ANA  
132 aportar recursos financeiros destacou que é uma questão política, que deve ser discutida com a diretoria da  
133 ANA. A terceira sugestão apresentada é a mais factível, e emergencialmente é a solução mais operacional, para  
134 a AGEVAP não terminar o ano no vermelho. Seria interessante estreitar uma articulação via CNRH, visto que  
135 qualquer discussão nessa linha precisa ter o aval dos pontos de controle. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O  
136 Nosso Vale! Nossa Vida) parabenizou a gestão que está sendo feita pelo Sr. André Marques (AGEVAP), onde  
137 pode ser visto o trabalho sendo feito. Comentou que a Sra. Ninon Machado, desde o início de sua participação  
138 no sistema, já vinha discutindo sobre custeio, o fato de ter o recurso, mas não ter a vontade política. Opinou  
139 dizendo que concorda com as sugestões apresentadas pela AGEVAP, exceto a primeira que dispõe sobre o  
140 aumento do limite percentual previsto na Lei 9.433/97. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) mencionou que em  
141 alguns casos em outras agências de bacia a situação está bem mais grave. O fato é que o custeio vai crescendo e  
142 a arrecadação vai diminuindo. Falou sobre a redescoberta da fonte 134, que a cobrança do setor elétrico é  
143 repassada para aplicação da ANA e uma parcela vai para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), para este  
144 decidir como aplicar o recurso. Sugeriu fazer uma moção para o descontingenciamento dos recursos do MMA.  
145 Falou também sobre as apresentações no CTCOB, deu exemplos de metodologias de aplicação de agências.  
146 Expôs sua opinião falando que compartilha do que a Sra. Ninon Machado dizia, tem que haver uma fonte segura  
147 e crescente. **ENCAMINHAMENTO** – *A Câmara Técnica solicitou a Diretoria do CEIVAP a elaboração de*  
148 *uma moção de apoio, para ser encaminhada ao CNRH e a ANA, referente à utilização do 7,5% proveniente das*  
149 *aplicações financeiras do recurso da cobrança repassado a AGEVAP, para que este possa ser usado para*  
150 *custeio na Agência. A moção deverá ser aprovada pela planária na próxima reunião do CEIVAP.*  
151 **ENCAMINHAMENTO** – *A Câmara Técnica solicitou a Diretoria do CEIVAP a elaboração de uma moção*  
152 *para o Ministério do Meio Ambiente solicitando o descontingenciamento de recursos.* **ITEM 6: Assuntos**  
153 **Gerais** – O Coordenador da CTC informou que os itens 3 e 4 da pauta serão discutidos na próxima reunião da  
154 Câmara Técnica, pois no momento o tempo previsto para esta reunião foi esgotado. A Sra. Vera Lúcia Teixeira  
155 (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida) informou que em comemoração a semana do meio ambiente, no dia 5 de  
156 junho, às 9 horas, os municípios da região do Médio Paraíba irão realizar um abraço simbólico no rio Paraíba do  
157 Sul. Não havendo mais nada a tratar, o Coordenador deu por encerrada a 2ª Reunião Ordinária da Câmara  
158 Técnica Consultiva do CEIVAP, agradecendo a participação de todos. A presente ata foi lavrada por mim,  
159 Raíssa Galdino, Secretária *ad hoc*, e, depois de aprovada, foi assinada pelo Coordenador da CTC, Sr. Paulo  
160 Afonso Valverde Júnior, que presidiu a reunião.

161  
162  
163 Resende, 14 de maio de 2014.  
164  
165

166 Paulo Afonso Valverde Júnior  
167 **Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP**